



## Ata da LIII Reunião da Diretoria da ANEPEC

Data: 07/03/2022

Horário: 18h00 às 19h15

Presentes: Maria Isabel Rodrigues, Cibele Franzese, Raquel Silveira, Gustavo Costa, Jorgiene Oliveira, Fernanda Natasha, Renata Callaça, Breyner Oliveira e Carla Bronzo.

Ausências justificadas: Carolina Andion e Luiz Fernando Bessa

### **Pauta:** Comitês Temáticos - Gestão de conhecimento

1. *Comitê Temático - Programa Bolsa Família*: Breyner Oliveira informou que o trabalho do Comitê se deu de forma célere e intensa, principalmente em decorrência do objeto - e a iminente extinção do Programa - e da vasta produção acadêmica correlata. Esclareceu que o propósito era discutir a criação do Auxílio Brasil e o fim do Programa Bolsa Família, explorando outras questões de fundo - como estado de bem estar social, democracia, Sistema Único de Assistência Social etc. Apontou como característica marcante - e principal lição aprendida - da operação do Comitê, a permeabilidade da estrutura, a fim de integrar e mobilizar outras redes para além do Campo de Públicas (CP), em sentido estrito, como também a abertura ao diálogo com atores institucionais ou não. Nesse sentido, ressaltou a articulação com a [Rede Brasileira de Renda Básica](#), a [Rede Brasileira de Mulheres Cientistas](#) e o [Instituto Alzirias](#). Enquanto produtos do Comitê, Breyner Oliveira indicou a realização do [webinário “Em defesa do Estado de Proteção Social: transferência de renda no enfrentamento das desigualdades”](#) em 25 de novembro de 2021” e a publicação de dois artigos, a saber: [“Auxílio Brasil não é o Bolsa Família melhorado: um salto no abismo e o desmonte da proteção social no Brasil”](#), no Blog de Política do Estadão e [“Auxílio Brasil é Bolsa Família de Roupas Velhas”](#), na Folha de São Paulo. Destacou que a atuação do Comitê se orientou pela utilização da mídia como canal de mobilização, com vistas ao extrapolamento do meio acadêmico e alcance direto da sociedade, optando também pelo uso de instrumentos de divulgação de conhecimento variados, como foi o caso do webinário e artigos publicados em jornais, além do lançamento de uma [série de três podcasts](#), desenvolvidos em parceria com Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro. Destacou que por meio dessa iniciativa foi possível a abordagem do mesmo tema por diferentes vozes oriundas de espaços também diversos, reafirmando o compromisso com a discussão plural e reiterando a abertura e receptividade do Comitê para abrigar outras redes e atores. Breyner Oliveira ressaltou que o timing político e a própria dinâmica parlamentar consistiram nas principais adversidades enfrentadas, sobretudo em face da necessidade e urgência de articulação com parlamentares e outros grupos de pressão. Nesse ponto, destacou que a pluralidade de agendas e perspectivas ideológicas e partidárias circunscritas ao Programa, e, tão logo, seu caráter transversal, acabou por travar avanços mais tempestivos. Informou ainda que os membros do Comitê indicaram a possibilidade de seguir em 2022 com a mobilização de

agendas correlatas e de interesse do CP, a despeito da extinção do Programa. Como pontos de atenção, Breyner Oliveira aponta a necessidade de se pensar em como e quando os Comitês se expressam - ou não - em nome da Associação e também sobre a dinâmica de replicação e disseminação de materiais e conteúdos desenvolvidos por outras instituições, demandando, portanto, a estruturação de uma curadoria.

2. *Comitê Temático - Lei de Cotas*: Renata Callaça informou que a constituição do Comitê vem sendo demarcada por um conjunto de desafios. Ponderou acerca da abordagem ainda escassa da temática pelo CP. Esclareceu que a composição ainda está em andamento e apontou a articulação com a [Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as \(ABPN\)](#) para parceria nos trabalhos, salientando algumas particularidades das tratativas já realizadas com a referida instituição, como a orientação e enfoque das pesquisas já efetuadas quanto à temática, a possibilidade de organização de eventos conjuntos e o desenho das atribuições e papéis dentro da estrutura do Comitê. Nesse sentido, informou que está aguardando o retorno da ABPN quanto à proposta de Acordo de Cooperação a ser firmado com a Anepecp, a fim de demarcar institucionalmente tais questões. Fernanda Natasha pontuou sobre o potencial de contribuição do CP, tendo em vista a expertise e racionalidade técnico-científica das abordagens do Campo, empregada em prol da avaliação de políticas afirmativas, por exemplo. Maria Isabel comentou sobre a atuação do [Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro](#), o qual desenvolve recorrentemente projetos e atividades relacionadas ao objeto do Comitê, sendo, inclusive uma possibilidade para expansão e ampliação do apoio de discentes e docentes. A exemplo do que foi feito pelo Comitê Temático - Programa Bolsa Família, sugeriu também o desenvolvimento de podcasts, indicando o contato do Professor Bruno Lazzarotti para tanto. Renata Callaça sinalizou positivamente quanto a essa opção, indicando que conforme endossando a perspectiva levantada anteriormente por Breyner Olivera quando a necessidade de expandir o alcance do Comitê para além da academia, de forma a facilitar o diálogo plural e acessível. Carla Bronzo sugeriu que seja feito o contato com o [Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade \(Egedi\) da Fundação João Pinheiro](#) tendo em vista a aderência dos conteúdos e indicou o contato da Professora Letícia Godinho, coordenadora do Grupo. Renata Callaça informou a preocupação com o timing político, uma vez que a questão da Lei de Cotas vem sendo frequentemente ventilada no Congresso Nacional, com a existência de variados projetos em tramitação que propõem adiar a avaliação, ampliar a política e até sua extinção. Quanto ao timing, Raquel Silveira ponderou sobre a necessidade de desenho de fluxos para padronização das divulgações e publicações em nome da Associação, sobretudo nas redes sociais, enquanto espaços de consideráveis discussões entre grupos. Como ponto de

atenção, Renata Callaça sinalizou sobre a importância de se pensar sobre aspectos descritivos da representação - raça, principalmente - dentro da estrutura do Comitê. Por fim, destacou a necessidade da construção de um cronograma a fim de organizar os trabalhos do Comitê, o que será feito após a formalização do Acordo de Cooperação com a ABPN. Jorgiene Oliveira parabenizou a iniciativa e sinalizou a possibilidade de contribuição ao debate por parte de um coletivo de mulheres quilombolas com atuação próxima à UFOPA, e compartilhou o contato com Renata Callaça. Como sugestão de instrumento para facilitar a gestão de conhecimento, Renata Callaça indicou a criação de um repositório de pesquisas e dados sobre a questão das cotas, o que, segundo Raquel Silveira, pode ser adaptado para integrar o novo site da Anepecp, após um trabalho de curadoria. Renata Callaça informou que em discussão com a ABPN foi levantada a possibilidade de criação de uma premiação de pesquisa no CP com a temática de cotas, além da publicação de um dossiê. Maria Isabel informou que os esforços da Associação estão ainda voltados à consecução de atividades finais inerentes ao Prêmio Augusto Tavares, oriundo do IV ENEPCP, sinalizando por vindouras discussões para o amadurecimento dessa proposta. Informou ainda sobre a possibilidade de se pensar na estruturação de um dossiê, uma vez organizada e validada a estrutura, escopo de atuação e atribuições do Comitê.

*3. Comitê Temático - Viabilização de iniciativas de Cooperação entre o Tribunal Superior Eleitoral:* Fernanda Natasha, retomou brevemente a contextualização histórica que culminou na parceria com o TSE e informou que o Comitê ainda está em operação. Destacou as contribuições para o [Congresso de Sistematização das Normas Eleitorais](#), em especial os trabalhos de curadoria. Destacou a contribuição de Raquel Silveira (integrante do referido Comitê), enquanto coautora de um artigo publicado no Eixo Temático I - Direitos Políticos e Temas Correlatos. Apontou que atualmente os esforços estão canalizados para a produção de um conjunto de aulas expositivas que irão compor um curso de formação continuada, organizado sob demanda da Escola Judiciária Eleitoral, voltado à formação de mesários, consistindo, pois, enquanto atividade prioritária do Comitê em face da iminência das eleições em outubro. O curso denominado Laboratório para a Garantia de Direitos Políticos – LabGDP e visa construir estratégias e instrumentos de ação pública para a inclusão política de populações em situação de vulnerabilidade. Tem a coordenação pedagógica da ANEPEC por meio da professora Fernanda Natasha Bravo Cruz e envolve as seguintes entidades e professores/pesquisadores do campo de públicas:

#### **I. Entidades envolvidas:**



### **Tribunal Superior Eleitoral - TSE**

- Escola Judiciária Eleitoral - EJE / TSE
- Corregedoria-Geral Eleitoral
- Secretaria de Gestão de Pessoas SGP/TSE
- Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE
- Comissão de Promoção de Igualdade Racial do TSE
- Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental
- Assessoria de Gestão Eleitoral - AGEL (*a confirmar*)
- Assessoria de Gestão de Identificação - AGI (*a confirmar*)

### **Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas - ANEPECP**

Grupos de pesquisa do Campo de Públicas articulados pela ANEPECP:

- Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático - LAP2D/UnB
- Núcleo de Estudos sobre Políticas Públicas - NEPPs/Unesp
- Laboratório de Gestão de Políticas Penais - LabGEPEN/UnB
- Estado e Políticas Públicas - EPP/UFRN
- Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública - NISP/Udesc

## **II. Corpo Docente:**

- Profa. Dra. Christiane Russomano Freire – pelo Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN)/Universidade de Brasília;
- Profa. Dra. Doriana Daroit (Universidade de Brasília) – Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D);
- Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz (Universidade de Brasília) - Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D), Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN), e conselho consultivo da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas
- Profa. Dra. Maria Carolina Andion (Universidade do Estado de Santa Catarina) – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), e diretoria da ANEPECP;
- Profa. Dra. Raquel Maria da Costa Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas (EPP), e diretoria da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP);
- Profa. Dra. Regina Claudia Laisner (Universidade Estadual Paulista) – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs) e Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D);



- Profa. Dra. Valdirene Daufemback – pelo Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN)/Universidade de Brasília;
- Ana Teresa Iamarino - pelo Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN)/Universidade de Brasília;
- Daniela Campos de Abreu Serra – pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs)/Universidade Estadual Paulista em Franca;
- Fernanda Givisiez – pelo Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN)/Universidade de Brasília;

Encerrada a reunião, com elaboração da ata por Cláudia Torres Lopes.